



HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL: estudo dos Fundamentos Filosóficos da Política Nacional de Humanização

Talita Fernandes Neulls¹

Resumo: A política Nacional de humanização vem sendo implementada desde 2003 na tentativa de humanizar a relação entre os sujeitos inseridos no SUS, sem questionar as bases que sustentam a desumanização entre os homens. Diante disso, o presente trabalho, tendo por base o materialismo histórico-dialético, objetiva o estudo dos fundamentos filosóficos da humanização, ontologicamente enquadrada no processo de formação do homem. Munido do entendimento do processo de alienação do homem próprio do mundo capital, pelo culto a propriedade privada dos bens socialmente produzidos, pode se pensar numa política pública capaz atender as necessidades sociais, caso contrário esta estará fadada ao fracasso.

Palavras-chave: Política Nacional de humanização, alienação, Saúde-Humanização

Abstract: The Nacional Politics of humanization has been implemented since 2003 in the attempt to humanize the relationship among the subjects inserted in SUS, without questioning the bases that sustain the desumanização among the men. Before that, the present work, tends for base the materialism historical-dialético, it aims at the study of the philosophical foundations of the humanization, framed ontologicamente in the process of the man's formation. Of the understanding of the process of the own man's of the capital world aliention, for the Cult the deprived property of the goods socially produced. It can be thought about a politics publishes capable to assist the social needs, otherwise this Will be predestined to the failure.

Keywords: National Politics humanization, alienation, Health, Humanization.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: talitaneulls@hotmail.com



INTRODUÇÃO

As contradições existentes no seio da sociedade capitalista se tornam cada vez mais perceptíveis, pois vivenciamos o momento em que o capital atinge seu nível mais alto de exploração. Por entender que o sistema capitalista tem sua lógica voltada para o aumento da taxa de lucro e que, como afirma Mészáros (2002), vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes, nada mais normal para o capital que aumentar o nível de exploração do trabalhador, a fim de garantir a sua reprodução e o conseqüente aumento da mais-valia. “O capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a as determinações desumanizadoras da compulsão econômica.” (MÉSZÁROS, 2002)

Neste contexto, tem-se difundido a ideia, de forma inconsciente ou não, para a manutenção da ordem social vigente, de que a crise existente no mundo se dá pela perda dos valores morais e éticos. Por isso, segundo Tonet, (2007) nunca, como hoje, se enfatizou tanto a importância dos direitos humanos, a necessidade do respeito à vida humana, de uma relação harmônica com a natureza, de uma ação política eticamente orientada, de uma recuperação dos verdadeiros valores. Diante disso, o movimento de reforma que vivenciamos tem destacado a necessidade de se investir no caráter humanista da formação dos profissionais da área da saúde.

As políticas públicas voltadas à saúde também destacam a necessidade dessa humanização. Diante desse quadro foi lançado a “Política Nacional de Humanização” ou “Humaniza SUS”, tendo como objetivo “a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores” (MINISTÉRIO da SAÚDE, 2004). Porém, a discussão dessa política tem levantado muitos questionamentos a respeito do conceito de “Humanização”, sendo este interpretado das mais variadas formas. Albuquerque (2009) aponta a necessidade de definir de que humanismo se trata, pois os documentos, em nossa opinião, tratam esse conceito de forma superficial, como se houvesse um consenso universal que dispensasse sua definição.

Diante do exposto, o trabalho foi dividido em três momentos, primeiro discutindo o processo de humanização do homem, ou seja, o processo no qual o homem se torna homem, em seguida, temos elementos que nos ajudarão a entender o processo de desumanização, reflexo do processo de alienação, no qual o trabalho é subjulgado ao



capital e, por fim, após a compreensão de todos os elementos postos podemos nos debruçar acerca da Política Nacional de Humanização.

1 – O SENTIDO FILOSÓFICO DA CATEGORIA HUMANIZAÇÃO

Antes de iniciarmos a discussão sobre a Política Nacional de Humanização, e para que possamos entender as possibilidades de sua resolutividade no mundo do capital, é necessário que nos voltemos, primeiramente, ao estudo filosófico da categoria Humanização, para que compreendamos o processo no qual o homem se torna homem, ou melhor, processo em que a espécie humana torna-se gênero humano. Para isso devemos recorrer à ontologia marxiana, pois esta nos dá elementos que comprovam, a partir da materialidade, o homem como fruto histórico da sua própria atividade, a fim de nos distanciarmos de teorias que entendem a Humanização como um processo a-histórico e, que por isso, defendem a possibilidade de humanizar o homem sem uma análise crítica das mediações sociais que levam a desumanização do próprio homem.

Pois bem, nos referimos ao Trabalho, enquanto categoria, a condição fundamental do homem, pois ao transformar a natureza o homem vai transformando a si mesmo. Nessa perspectiva, Marx (2006) esclarece que antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula, e controla seu metabolismo com a Natureza.

Por diversas vezes escutamos, de maneira equivocada, que o que diferencia o homem dos demais animais é a consciência, a razão. Temos um culto a essa racionalidade, e muitas são as teorias que a justifica, como é o caso de Aristóteles que defendia que “uma definição se dá pelo gênero próximo e pela diferença específica” (SAVIANI, 2007). Ou seja, entendemos que o homem e o gato, por exemplo, são animais e o que o diferenciam é a racionalidade presente no homem, então na visão aristotélica, a racionalidade que dá ao homem sua essência única. Saviani (idem), completa dizendo que, “com efeito, o mesmo Aristóteles, considerando como próprio do homem o pensar, o contemplar, reputa o ato produtivo, o trabalho, como uma atividade não digna de homens livres.”

Portanto, “podem distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os meios de vida, passo que é condicionado por sua organização



corporal” (MARX e ENGELS, 2007). Como Engels bem apontou que o ponto de partida que leva ao processo de diferenciação do homem dos demais animais se dá a partir do momento em que o homem se torna protagonista de sua própria história, atuando através da modificação da natureza para que esta se adapte as suas necessidades, o homem começa a produzir as condições necessárias a sua reprodução de forma cada vez mais consciente, considerando que a consciência é resultado desse processo de apropriação do meio natural. Enfim ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (idem)

2 – HUMANIZAÇÃO E ALIENAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Podemos perceber que a acumulação de capital se dá através da produção de valor e da produção da mais-valia, porém “comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto” (Marx, 2002). Pois, o processo de valorização se dá pela mediação entre o valor pago durante o processo de produção de uma mercadoria, incluindo a força de trabalho e a matéria-prima, pago pelo capitalista e seu equivalente no mercado. A partir disso, “o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)”. (idem, ibidem) Ou seja, o valor pago no mercado por um determinado produto, não é apenas o valor equivalente ao gasto do capitalista durante o processo produtivo, é mais que isso, o valor pago é valor do produto adicionado um valor excedente, esse valor excedente é o lucro. E, o lucro é que move a vontade de produzir do detentor dos meios de produção, o capitalista.

No tocante a reprodução individual do homem, podemos perceber que ela se materializa também pela mediação do dinheiro, pois este é o produto em circulação na sociedade capitalista. Todas as trocas são mediadas pelo dinheiro, sendo assim, para que o homem tenha acesso aos bens necessários para sua subsistência, como por exemplo, o alimento, deve possuir dinheiro para ser trocado por essas mercadorias. Mas como o homem pertencente à classe não detentora dos meios de produção terá acesso ao dinheiro? A resposta se dá pela venda da única coisa que lhe pertence: a força de trabalho.

O processo de mercantilização do homem e de todos os componentes da vida humana na sociedade capitalista sempre em destaque na teoria marxiana, analisado a partir



da materialidade das relações sociais e de seu respectivo processo histórico, excluindo-se todas as possíveis respostas de ação divina, ocorre pela compra de trabalho vivo, pela “coisificação” de toda a humanidade, pois o “trabalho é a fonte de toda riqueza humana, mas o trabalho enquanto mercadoria é a fonte da riqueza do capital” (SOBRINHO, 2010). Significa dizer que o trabalho, ontologicamente enquadrada, é a atividade responsável pela humanização do homem, pelo desenvolvimento de sua consciência, pela apropriação da natureza e dominação das leis naturais, porém quando esta atividade se encontra incorporada e subjugada as leis do mercado, toda a sua natureza de potencializar a essência humana é convertida em empobrecimento, carência do homem, pois “a relação estranha entre o capitalista e o trabalhador, e a fria relação entre os homens intermediados pelos dígitos do papel moeda é a relação de exploração do homem pelo próprio homem.” (idem, ibidem)

O homem começa a não se reconhecer no produto de seu trabalho, pois de fato, este produto não o pertence, não reflete a sua liberdade de criação, mas sim a necessidade de acúmulo de riqueza do detentor dos meios de produção e, inclusive do comprador de sua força de trabalho. O trabalhador ao ponto que produz riqueza e não tem acesso a mesma, torna-se cada vez mais empobrecido. Esse é o processo de alienação do trabalho, sendo resultado da valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens.

A alienação aparece para o homem como uma venda nos olhos e tetraplegia cognitiva para que ele não perceba que é o próprio criador de sua existência, que é sujeito ativo no processo de exteriorização da vida. Tomemos consciência que a alienação não surge como algo dado, mas sim em consequência do mundo no qual é da propriedade privada os bens produzidos pela humanidade, que esta mesma alienação serve para a manutenção da riqueza nas mãos de poucos, ou seja, nas mãos dos capitalistas, trazendo consigo a deteriorização do próprio homem. Mézaros (2006) caracteriza a alienação da seguinte forma:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão a necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.



Portanto, o estranhamento do homem ao produto do trabalho refere-se a alienação do homem em relação, como diz Marx (2002),” com o mundo sensível exterior”, ou seja, com os elementos pertencentes a natureza.

3 - A Política Nacional de Humanização e suas contradições

Bem, estamos vivenciando uma crise estrutural do capital, como já colocou Mészáros (2002), crise sentida no cotidiano, na correria e cansaço do nosso dia-a-dia, no aumento da exploração dos trabalhadores, aumento do número de desempregados, nas crises já escancaradas nos países europeus, como é o caso da Espanha, Itália e Grécia, visto que esses são sintomas de uma crise que extrapola as barreiras do cotidiano. Essa crise reflete a própria lógica de acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e exclusão da maior parte da humanidade às riquezas socialmente produzidas, do capital, tendo como resultado “não um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas”, muito pelo contrário, segue uma lógica de opressão, monopólio, acúmulo da riqueza nas mãos da burguesia, ou seja, “é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado.” (MÉSZÁROS, idem)

No contexto de crise estrutural do capital, tem-se, em consequência, o aumento na percepção da crise que também ocorre nas relações sociais, e isso causa um incomodo muito grande, pois os defensores do sistema, que não coincidentemente, são aqueles poucos que acumulam toda a riqueza produzida, com o objetivo de manutenção do sistema tentam que acreditemos que as respostas aos problemas vividos estão em nós mesmo, em nossas atitudes, para que nem nos questionemos como se estruturam as relações no mundo baseado na acumulação do capital. Nesse sentido, Tonet (2007) coloca que nunca, como hoje, se enfatizou tanto a importância dos direitos humanos, a necessidade do direito à vida humana, de uma relação harmônica com a natureza, de uma ação **política eticamente orientada, de uma valorização dos verdadeiros valores. [...] Aspira-se a um mundo mais justo, solidário e humano.**

Nessa perspectiva, na área da saúde, começa o movimento com o intuito de humanizar a relação entre os profissionais da saúde e o paciente, garantir a participação de todos no processo de consolidação do SUS, entendendo que “humanizar a saúde é entender cada pessoa em sua singularidade, tendo, necessidades específicas e, assim,



criando condições para que tenha maiores possibilidades para exercer sua vontade de forma autônoma.” (FORTES, 2004)

Dessa forma, tem-se o início as tentativas de implementação de políticas públicas a fim de concretizar o ideário da pensada “humanização”. No ano de 2003 cria-se a Política Nacional de Humanização da Saúde (PNH) ou HumanizaSUS, coincidindo “com os próprios conceitos do SUS, enfatizando a necessidade de assegurar atenção integral à população e estratégias de ampliar a condição de direitos e de cidadania das pessoas”. (FILHO, 2011) Porém, tem-se início, também, a discussão da problemática da humanização, surgida pela necessidade de definição da humanização enquanto categoria teórica, pois a PNH a deixa em um sentido extremamente amplo, causando inúmeros equívocos. No intuito de diminuir as imprecisões, o Estado procura formular o sentido empregado pela categoria. Como podemos perceber no texto presente na cartilha da PNH:

Entendemos Humanização como: valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores; fomento da autonomia e do protagonismo desses sujeitos; aumento do grau de co-responsabilidade na produção de saúde e de sujeitos; estabelecimento de vínculos solidários e de participação coletiva no processo de gestão; identificação das necessidades de saúde, mudança nos modelos de atenção e gestão dos processos de trabalho tendo como foco as necessidades dos cidadãos e a produção de saúde; compromisso com a ambiência, melhoria nas condições de trabalho e de atendimento. (BRASIL, 2004)

Entrando na perspectiva de definição categoria da humanização, tomamos posse novamente do materialismo histórico-dialético, método que analisa a partir da materialidade, do real, as relações através de um movimento histórico constante, diferentemente da grande maioria dos autores que discutem essa problemática na área da saúde, que analisam os fatos como algo dado, não entendendo a profundidade do fenômeno, nem muito menos a raiz da questão, como é o caso de Sousa e Moreira (2008) que assumem a “posição não da continuidade da história, mas da reatualização temática que tanto mantém como transforma.” Ou seja, ao fazer a análise de que há um processo de desumanização dado nos dias de hoje, esquecem-se da construção histórica desse problema. A consequência dessa postura a – histórica é a impossibilidade da real superação da problemática.

A implementação da Política Nacional de Humanização, o HumanizaSUS, tem sido realizada em todos os níveis de atenção a saúde, mas é necessário que se percebamos os limites imposto pelo modo do como o homem tem reproduzido sua vida, ou seja, pelo modo de produção capitalista, para efetividade das propostas trazidas nessa política. Entendendo que o seu discurso ideológico dito transformador apenas atende as necessidades de



reprodução do capital, mas em nada ajuda no processo de emancipação humana, de verdadeira revolução na base estruturante do capitalismo.

A desumanização do homem, conseqüência da alienação do trabalho e estranhamento de si e dos demais homens só pode ser superada pela tomada de consciência do quão devastador é a lógica na qual estamos inseridos de acumulação do capital e defesa a propriedade privada. Apenas à medida que os indivíduos puderem retornar a si o controle consciente das transformações das circunstâncias e de si mesmos, estarão a caminho da necessária prática revolucionária, condição essencial na superação da alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Nacional de humanização da saúde parte de uma discussão rasteira e superficial da sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista, sendo, dessa forma, incapaz de atentar aos interesses da classe trabalhadora e de efetiva mudança na forma como os homens reproduzem sua vida.

A real possibilidade de transformação da forma de reprodutibilidade da vida humana somente ocorrerá através de uma revolução na estrutura que rege o mundo de hoje, o mundo do capital. Apenas assim, o homem terá a possibilidade de afloramento de suas potencialidades adormecidas pela forma como o homem vem reproduzindo sua vida. Por fim, o direcionamento dessa discussão deve ser o da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. **As determinações do capital sobre a formação do trabalhador em saúde: Um estudo sobre reformulações curriculares em dois cursos de medicina do Paraná**. Curitiba, 2009. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FORTES, P. A. C. Ética, direitos dos usuários e políticas de humanização da atenção à saúde. **Saúde e Sociedade**. Vol.13, n.3, set/dez, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. ed. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl. **O capital**. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MESZÁROS, I. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, n. 04, p. 7-15, 2002.



MINISTÉRIO DA SAÚDE, **HumanizaSUS- Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadore_s_sus.pdf. Acesso em: 18 de agosto de 2011.

FILHO, S. B. S. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n4/18.pdf>. Acesso em: 9 de outubro de 2011.

SAVIANE, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan/abr., 2007.

SOBRINHO, J. P. S.; CHAGAS, E.; MORAES, B. O metabolismo de reprodução do capital e sua crise estrutural. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 2, n. 2, 74-99, março, 2010.

SOUSA, W. S; MOREIRA, M. C. N. A temática da humanização em saúde: alguns apontamentos para o debate. **Interface: comunicação, saúde, educação**. V. 12, n. 25, p.327-28, abril/jun, 2008.

TONET, I. Ética e capitalismo. In: **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza: UECE/IMO, p. 47-62, 2007.